

# Primeira sessão define normas

Derrubando definitivamente a tese da Constituinte exclusiva, o Senado realizou ontem sua primeira sessão extraordinária para a apreciação do projeto de resolução que prevê a reformulação de seu regimento interno, de forma a compatibilizar os trabalhos legislativos ordinários com o funcionamento prioritário do Congresso Constituinte. O projeto, assinado pelos líderes do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, PFL, Carlos Chiarelli, e Jarbas Passarinho, do PDS, foi lido na sessão noturna de ontem e deverá ser votado em regime de urgência-urgentíssima em nova extraordinária, convocada para hoje às 10 horas.

Depois de alterar um projeto de resolução original, elaborado pela mesa do senado, os líderes do PMDB, PFL e PDS redigiram um substitutivo definindo que as sessões ordinárias do Senado — como na Câmara — ser-ão realizadas sempre às segundas-feiras, das 14 às 18 horas, já que neste dia a Assembléia Nacional Constituinte não se reúne.

De acordo com o líder Fernando Henrique Cardoso, houve algumas divergências até mesmo dentro do PMDB quanto às normas de funcionamento do Senado, mas todos foram unânimes em concordar com a realização de sessões em horários não-

coincidentes com as sessões da Constituinte, pois além da ordinária das segundas-feiras, poderão ser convocadas outras extraordinárias. Estas sessões se destinariam à apreciação de matérias consideradas de urgência e deverão ser convocadas pelo presidente do Senado, Humberto Lucena, ou por um terço dos senadores.

## DIVERGÊNCIAS

Nas negociações que envolveram a elaboração do projeto de resolução que irá modificar o atual regimento do Senado, segundo Humberto Lucena, a única divergência que surgiu foi quanto ao funcionamento e instalação das comissões técnicas. Algumas correntes defendiam a designação imediata de nomes para compor as comissões que funcionariam informalmente proferindo pareceres orais, em plenário. Outros queriam a extinção de todas as comissões para a formação de uma grande comissão, composta de 24 membros — um representante de cada Estado e do Distrito Federal.

Havia também os que defendiam a tese levantada pela Câmara dos Deputados, de só designar as comissões técnicas após a promulgação da Constituição. Mas, finalmente, ficou definida a suspensão de todas as comissões permanentes — com exceção da Diretora e a de Fiscaliza-

ção e Controle — sendo que todo o plenário, com seus 72 senadores, formaria uma comissão única, os relatores serão designados pelo presidente e seus pareceres proferidos oralmente. Neste caso, se a matéria apreciada for complexa e dificultar sua instrução em plenário, a mesa poderá conceder ao relator prazo de 48 horas para elaborar seu parecer.

A julgar pelo número de decretos-leis já enviados pelo Executivo ao Congresso para deliberação, várias sessões extraordinárias deverão ser convocadas já para os próximos dias. O líder do PDS, Jarbas Passarinho, revelou que nada menos que 194 decretos já lhe foram apresentados pelo presidente da Casa, Humberto Lucena. Isto, até o Carnaval.

Já o líder do PSB, senador Jamil Haddad, argumentou que o funcionamento do Senado se faz necessário justamente para fiscalizar os atos do Executivo. "Se o Senado não funcionar, qual a tribuna que iremos ter para contestar estes decretos-leis? Daqui para frente vai ser tudo através destes mecanismos?", indagava. Mas o seu interesse maior é a abertura de uma CPI para fazer uma auditoria sobre a dívida externa brasileira, o que pretende solicitar já nas próximas sessões.